Rede Cegonha levanta voo

A atuação da Fiocruz na rede faz parte do esforço do governo brasileiro em consolidar e aprimorar políticas públicas voltadas para a atenção obstétrica e neonatal

Roberta Monteiro

Apesar dos índices de mortalidade materna e infantil no Brasil estarem diminuindo, ainda são muito elevados. Segundo dados do Ministério da Saúde, o país registra 68 mortes para cada 100 mil nascidos vivos e a mortalidade infantil é de cerca de 19,3 por mil nascidos vivos. Para reverter o quadro alarmante, o Ministério da Saúde elaborou o Projeto de Apoio à Implementação da Rede Cegonha no Brasil, estratégia promovida pelo Sistema Único de Saúde (SUS), na qual o Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira (IFF/Fiocruz), unidade materno-infantil da Fiocruz, foi designado a participar da coordenação em parceria com a Política Nacional de Humanização (PNH) e com as Áreas Técnicas de Saúde da Mulher, da Criança e Aleitamento Materno.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) considera a mortalidade materna como a morte de uma mulher durante a gestação ou dentro de um período de 42 dias após o nascimento do bebê, devido a qualquer causa relacionada à gravidez. Neste sentido, a atuação do IFF na Rede Cegonha integra o esforço do governo brasileiro em consolidar e aprimorar as políticas públicas voltadas para a atenção obstétrica e neonatal. Segundo a responsável pela coordenação do Programa no IFF, Maria Auxiliadora Gomes, a participação do instituto no apoio à implementação da Rede Cegonha no país é estratégica para a efetiva implementação das ações prioritárias para a redução da mortalidade materna e infantil. "Nossa inserção representa a possibilidade de articulação dos recursos existentes na Fiocruz para o planejamento, ensino e produção de conhecimento, visando a melhoria da atenção à gestante, ao parto e nascimento, ao recém-nascido e à criança nos seus primeiros anos de vida", ressalta Maria Auxiliadora.

A Rede Cegonha foi lançada no Brasil em 2011 e visa ampliar o direito à ampliação do acesso, acolhimento e melhoria da qualidade do pré-natal, transporte tanto para o pré-natal quanto para o parto, vinculação da gestante à unidade de referência para assistência ao parto e vaga sempre para gestantes e bebês. Outros direitos assegurados são a realização de parto e nascimento seguros, por meio de boas práticas de atenção, redução de intervenções desnecessárias, acompanhante no parto a escolha da gestante, atenção à saúde da criança de até 24 meses de idade com qualidade e resolutividade, e acesso ao planejamento reprodutivo.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), em 2008, 358 mil mulheres morreram, em todo o mundo, por causas relacionadas à gravidez e ao parto. Deste total, 99% ocorreram em países em desenvolvimento e uma grande parte dos óbitos era evitável. A OMS também estima que cerca de 8 milhões de crianças morrem no mundo, anualmente, antes de completar 5 anos. Destas, 3 milhões morrem no primeiro mês de vida – o chamado período neonatal.

Segundo o diretor do IFF, Carlos Maciel, o instituto há anos vem se empenhando em ações de redução da mortalidade neonatal no Brasil, como, por exemplo, atuando com o Ministério da Saúde na coordenação do Plano de Qualificação de Maternidades do Nordeste e Amazônia Legal (2009 – 2010), ação que integrou o Pacto pela Redução da Mortalidade Materna e Neonatal no Brasil. "Além dessa ação, o IFF está a frente da coordenação da Rede Brasileira de Bancos de Leite Humano (Rede BLH-BR) desde 1998 e em âmbito estadual, é referência no atendimento a mulheres portadoras da doença hemolítica e atua no treinamento de equipes de unidades de saúde cadastradas no Programa de Profilaxia da Aloimunização Rh (D) do Estado do Rio de Janeiro", ressalta Maciel.

O IFF é diretamente responsável pela qualificação de quadros estratégicos do SUS para a melhoria do cuidado e dos indicadores materno-infantis, com destaque para ações de formação de profissionais da área assistencial e da gestão nos estados e municípios brasileiros. "A previsão para 2012 é a formação de uma turma de mestrado profissional em saúde da mulher e da criança para profissionais do Ministério da Saúde envolvidos com a implementação da Rede Cegonha", destaca Maria Auxiliadora.

Outra responsabilidade do IFF nesse projeto é contribuir para a implantação de um Sistema de Informação para o Monitoramento do Cuidado Obstétrico e Neonatal em maternidades brasileiras, visando identificar práticas assistenciais efetivamente usadas, a redução da distância entre as práticas em uso e as boas práticas obstétricas e neonatais e a melhoria de resultados do cuidado materno e neonatal. Também serão feitas pesquisas avaliativas sobre as estratégias de apoio à implementação da Rede Cegonha. "A rede é indutora de uma nova cultura de cuidado da mulher e da criança, propondo-se à produção de uma mudança no paradigma da atenção materno-infantil, superando o atual estágio das práticas de cuidado", completa a coordenadora do projeto no IFF.